

La Costituzione alla prova della crisi finanziaria mondiale

La dimensione internazionale della crisi finanziaria e i suoi riflessi sul piano delle istituzioni di cooperazione sovranazionale e sui rapporti tra queste e gli ordinamenti nazionali

GINA MARCILIO POMPEU
UNIFOR

Riassunto:

Il presente documento si propone di esporre la crisi economica del 2008/2010 e misurare l'impatto nello mondo globalizzato, come la ripercussione a livello internazionale e ordinamenti giuridici nazionali. Questa ricerca considera anche i comandamenti della Costituzione brasiliana, e le azioni pratiche adottate dai presidenti Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff per preservare la stabilità economica. L'obiettivo è quello di nominare i sacrifici richiesti nei confronti dei lavoratori e orientare le linee guida per gli Stati che intendono essere attraente per Investiment internazionale diretta, private equity, buy-out o di capitale di rischio di mira in materia di occupazione e di reddito. La metodologia adottate consiste in strumenti di analisi a livello sia di bibliografie e attività di documenti. Sembra che la crisi sono costanti e ciclici, quindi, per ridurre gli effetti e recuperare la fiducia nella attività dello Stato è indispensabile unire quote della società. Allo stesso modo, si raccomanda di comprendere la stabilità finanziaria arrangement fiscale, lotta contro l'inflazione, l'incitamento fiscale, l'efficienza, e la legge flexile. La chiave per un welfare state sembra di essere in avvicinamento della crescita economica allo sviluppo umano. Il grande impegno e gli sforzi dei presidenti brasiliani fine di accelerare lo sviluppo del paese, la rimozione di un inflazione di lunga durata, e inserendolo tra le nazioni della dell'economia centrale è anche notevole.

Parole chiave: Crisi globali. Sistema giuridico nazionale. Misure statali. Ordine economica e sociale.

Lecce

2012

A DIMENSÃO INTERNACIONAL DA CRISE FINANCEIRA E SEUS REFLEXOS NO PLANO DAS INSTITUIÇÕES DE COOPERAÇÃO SUPRANACIONAL E NO ORDENAMENTO JURIDICO NACIONAL

Gina Vidal Marcílio Pompeu*

Resumo:

O trabalho versa sobre as crises econômicas de 2008/2010 e a repercussão destas em um mundo globalizado, reflexos na esfera supranacional e diante do ordenamento jurídico nacional. A pesquisa observa, noutro viés, no plano nacional brasileiro, os ditames constitucionais e as ações empreendidas pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com o fito de preservar a estabilidade econômica. A análise verifica os sacrifícios demandados aos trabalhadores para a manutenção das diretrizes e condutas necessárias aos Estados que se pretendem atraentes às empresas internacionais e assim à geração de emprego e renda. A metodologia utilizada na elaboração desse artigo constitui-se em estudo descritivo-analítico por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e, quanto aos fins, exploratória. Constata-se que as crises são constantes e cíclicas, nesse contexto, para a minimização de seus efeitos e recuperação da credibilidade dos Estados faz-se necessário o trabalho conjunto dos diferentes setores da sociedade. Inserem-se neste âmbito de relevância, as ações empreendidas pelo Estado Regulador, tais como a estabilização financeira, o ajuste fiscal, o combate à inflação, os incentivos fiscais, a implementação do princípio da eficiência, e a flexibilização do ordenamento jurídico interno. Pontua-se, ainda, para a necessária busca pela aproximação do crescimento econômico ao desenvolvimento humano. Observa-se, por fim, o comprometimento dos três últimos presidentes brasileiros para alavancar o Brasil do desenvolvimento tardio, resgatá-lo da inflação e inseri-lo dentre os países de economia central.

Palavras chave: Crise financeira internacional. Ordenamento jurídico interno. Medidas governamentais. Ordem econômica e social.

Abstract

This paper seeks to expose the economic crisis of 2008/2010 and measure its impact in a globalized world, such as the repercussion in international and national legal systems. This research also considers Brazilian constitutional commandments, and practical actions taken by presidents Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff to preserve economic stability. The goal is to appoint the sacrifices demanded toward workers and steer guidelines to states who intend to be attractive to international direct investment, private equity, buy-outs or venture equity targeting in employment and income. The methodology consists in analytical tools taken out both by journals and document assets. It seems that crisis are constant and cyclical, therefore to reduce its effects and recover confidence in state activity it is imperative to join society's quota. In the same way, it is recommended to understand financial stability by taxation arrangement, fighting inflation, tax incitement, efficiency, and flexible law. The key to a welfare state seems to be in approaching economic growth to human development. The great commitment and efforts of late Brazilian presidents to expedite the country's development, removing a long lasting inflation, and inserting it among the nations of central economy is also remarkable.

Keywords: Global crises. National legal system. State measures. Economic and social order.

* Doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará. Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Mestrado e Doutorado da Universidade de Fortaleza. Coordenadora do Centro de Estudos Latino-Americanos – CELA, vinculado ao Núcleo de Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. Consultora Jurídica da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

INTRODUÇÃO

A análise dos reflexos da crise econômica iniciada em 2008 no Estado brasileiro perpassa as óticas do Estado, da Constituição e da Economia. Nesse contexto é necessário observar quem é a população brasileira, dimensão territorial e poder de mando. Examina-se os anos de governo presidencialista de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio da Silva e Dilma Rousseff, um sociólogo, um operário e uma economista respectivamente. Para compreender a direção das ações estatais faz-se essencial o estudo do ambiente constituinte do final da década de 1980, bem como, se deve comentar os dispositivos da Constituição brasileira de 1988 que visavam conciliar a ordem estatal, a ordem social com a ordem econômica e financeira. O terceiro elemento discriminado, a economia, será objeto de investigação, haja vista que os resultados, de 2012, apontam o Brasil como a 6ª economia do mundo,¹ porém com índice de desenvolvimento humano situado na 84ª posição no ranking das Nações Unidas.

Como se pode observar desenvolvimento econômico nem sempre se coaduna com desenvolvimento sustentável e humano, levando-se a crer na robustez do pensamento de Bresser-Pereira² quando opta pela conclusão que crescimento econômico não significa, de imediato, repartição de lucros e acesso a igualdade material. Assim, após a crise econômica de 1929, persevera a idéia de capitalismo tardio, desenvolvida a princípio por Natalia Moskovska em 1943. Já Ernest Mandel, em seus estudos de 1972, dividiu o capitalismo em três fases: 1) o capitalismo de mercado, entre 1700 e 1850; 2) o capitalismo monopolista, até aproximadamente 1960, quando se dá o esgotamento do 'boom' de reconstrução pós-guerra, marcado pelo desenvolvimento imperialista dos mercados internacionais; e 3) o capitalismo tardio, que teria como elementos

¹ O Centre for Economics and Business Research em 2012 aponta o Brasil como a sexta maior economia mundial. Fica atrás dos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França, respectivamente. Disponível em <<http://www.cebr.com/>> Acesso em 3 de janeiro de 2012.

² Segundo Bresser Pereira, no artigo intitulado O conceito histórico de desenvolvimento econômico, (2006, p.8) cabe ao Estado e ao governo estabelecerem o equilíbrio entre o desenvolvimento e a distribuição, entre os lucros e os salários, entre os investimentos e as despesas sociais, haja vista que com a mesma frequência essas alternativas muitas vezes se somam, ou se opõem. Faz-se essencial um acordo entre as classes que viabilize uma estratégia nacional de desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 3 agos 2012.

distintivos a expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados e do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais do capital.

Para Mandel, esse capitalismo tardio seria mais propriamente uma crise de reprodução do capital do que um estágio de desenvolvimento, haja vista que o crescimento do consumo e da produção tornar-se-ia insustentável pela exaustão dos recursos naturais. No Brasil a tese homônima de João Manuel Cardoso de Mello revela a realidade brasileira, após a abolição da escravatura no final do século XIX, e a industrialização retardatária, que tem como matriz a burguesia cafeeira, agora transformada em burguesia industrial. Já Juliana Chaves investiga a racionalidade do trabalho, na crise do século XXI, diante do capitalismo tardio.³

A crise econômica de 2008 provocou a reflexão sobre a necessária preservação da identidade nacional e do desenvolvimento local, que nem sempre andam pares a passo com a globalização. “O mundo é plano”⁴, mas o indivíduo nasce e cresce em determinada cidade, assim os conceitos de cidadania e de política (amizade à cidade e à polis) continuam atuais e essenciais ao desenvolvimento humano e social. Fala-se no retorno do Estado-Nação⁵ na geografia da mundialização.

1. ORDEM ECONOMICA, ORDEM SOCIAL E O PERFIL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.

A ordem econômica e a ordem social, inseridas no constitucionalismo do século XX, mostraram-se insuficientes para garantir o desenvolvimento humano proporcional ao crescimento econômico. Como mencionado na introdução deste texto, o Brasil

³ Juliana Chaves no trabalho intitulado **A racionalidade do trabalho no capitalismo tardio reitera** “ a crença de que o desenvolvimento das forças produtivas melhoraria as condições de vida se revela ilusória, ainda que haja a ligação automática entre expansão da produção material, distribuição e consumo como aparência necessária. Isso significa que a consolidação da ideologia da produtividade, em um contexto em que as contradições se tornam cada vez mais agudas, ainda é propagada, mesmo que a superprodução não tenha realizado o suprimento das necessidades básicas.” Disponível em <<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/AnaisXVENABRAPSO/632.%20a%20racionalidade%20do%20trabalho%20no%20capitalismo%20tardio.pdf>> Acesso em 3 ago. 2012.

⁴ Thomas Friedman(2007) discorre sobre o século XXI, observa a globalização, o livre mercado, à sedução pelo consumo e sobre a capacitação individual. O autor enaltece a educação para o mundo, (world classes education) capaz de romper barreiras e garantir o exercício de funções na esfera local e global.

⁵ Gina Pompeu afirma que as organizações internacionais, os mercados e as idéias da globalização não são capazes de substituir o Estado. Assim, em 2009, após analisar o pensamento de Francis Fukuyama, desenvolve a teoria do retorno ao Estado-Nação na geografia da mundialização, aquele capaz de planejar, de desenvolver políticas públicas aptas a conciliarem o crescimento econômico com desenvolvimento humano, enfim agregar e distribuir poder legítimo.

galgou a sexta posição no ranking internacional de desenvolvimento econômico, contata-se, porém, diante do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a classificação brasileira na 84ª posição, entre 187 países avaliados pelo índice⁶. Nesse diapasão persiste o conflito das abissais diferenças entre as classes sociais e econômicas no Brasil, assim como em vários outros países em desenvolvimento.

Amartya Sen, na obra *Desenvolvimento como Liberdade*, destaca bem tais diferenças que podem ser perversas:

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. (SEN, 2010, p.29)

A Sinopse do censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE⁷, aponta para a existência de 190.755.799 (cento e noventa milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e noventa e nove) habitantes no Brasil. De acordo com as informações da primeira década do século XXI, segue a tendência de envelhecimento da população, bem como do maior índice de mulheres, haja vista que para cada grupo de 100 mulheres, há 96 homens. Nota-se que maior número de pessoas vem se declarando pretas e pardas. Constata-se, ainda, que 24% da população estão abaixo de 14 anos, e que no pólo oposto 7,4% têm acima de 65 anos.

Observa-se com o fim da Monarquia Parlamentar, que durou de 1822 até 1889, o Brasil adotou a partir da Constituição de 1891, o Estado federativo, a forma de governo republicana, e a democracia representativa. A constituição brasileira de 1988 reitera esses valores, confirmados, inclusive, por meio de plebiscito realizado em 1993. Desse modo, o artigo 1º da Lei Maior reitera ser o Brasil uma república federativa, formada pela união indissolúvel dos 26 Estados, 5.561 municípios, e do Distrito Federal, constituído em Estado democrático de Direito e tendo como fundamento: - a soberania, - a cidadania, - a dignidade da pessoa humana, - os valores sociais do trabalho e da livre

6 Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/brasil-ocupa-84-posicao-entre-187-paises-no-idh-2011.html>> Acesso em 3 de janeiro de 2012.

⁷ Censo 2010 realizado pelo Instituto brasileiro de geografia e estatísticas. [WWW.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

iniciativa e o pluralismo político. O mesmo artigo acrescenta que todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos em sufrágio universal, ou por intermédio do plebiscito, referendo, projeto de iniciativa popular. Participações explicitadas no art.14 da Constituição brasileira.

Importa ressaltar que de acordo com o sítio do Tribunal Superior Eleitoral, são eleitores 140.646.446 (cento e quarenta milhões, seiscentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e quarenta e seis) pessoas. Desse total quase 45% não conseguiram terminar o ensino fundamental, ou seja, não detém capacidade para ler e escrever bem.

Grau de Instrução	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%T/TT
ANALFABETO	3.664.785	47 029	4.117.246	52 836	10.532	0 135	7.792.563	5,541
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	5.110.934	49 138	5.282.549	50 788	7.770	0 075	10.401.253	7,395
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	22.872.405	50 994	21.959.330	48 959	21.169	0 047	44.852.904	31,891
ENSINO MÉDIO COMPLETO	8.581.222	41 943	11.870.789	58 021	7.375	0 036	20.459.386	14 547
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	13.137.271	47 507	14.512.321	52 480	3.662	0 013	27.653.254	19 662
LÊ E ESCREVE	9.479.894	50 528	9.206.071	49 069	75.686	0 403	18.761.651	13 340
NÃO INFORMADO	63.138	45 664	70.644	51 093	4.484	3 243	138.266	0 098
SUPERIOR COMPLETO	2.600.148	41 622	3.644.687	58 343	2.150	0 034	6.246.985	4 442
SUPERIOR INCOMPLETO	1.972.143	45 439	2.366.823	54 533	1.218	0 028	4.340.184	3 086
TOTAL(TT)	67.481.940	47 980	73.030.460	51 925	134.046	0 095	140.646.446	100 000

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>>
Aceso em 3 de agosto de 2012.

Os dados inerentes ao eleitorado demonstram que os fundamentos da República Federativa brasileira ainda estão em construção. Em 2012, afirma-se que 97,5% das crianças entre 7, e 14 anos encontram-se matriculadas em escolas, porém somente o ingresso não é suficiente para garantir a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais do trabalho almejados.

Para a compreensão da realidade política, social e econômica, optou-se pela análise de alguns artigos da lei suprema brasileira, haja vista que egressos do período de ditadura militar, legalizada por intermédio da Constituição de 1967 e emenda de 1969, os brasileiros depositaram suas esperanças em transformar a desigualdade, a exclusão e a instabilidade inflacionária pela força normativa do texto da Constituição de 1988.

Desse modo o art.3º da Constituição brasileira assevera que constituem objetivos fundamentais da República do Brasil: - construir uma sociedade livre, justa e solidária, - garantir o desenvolvimento nacional, - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, - promover o bem de todos, sem preconceitos e discriminações. Já o art. 6º preleciona como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Esses direitos devem ter aplicação imediata.

Foi possível observar quando de tese desenvolvida a favor da exigibilidade judicial do direito à educação que não se configuram raras opiniões que negam valor jurídico aos direitos sociais, que os caracterizam como meras declarações de boas intenções, de compromisso político, constituindo verdadeira fraude ao Texto constitucional.

A distinção entre direitos civis e políticos, com respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais, indica a viabilidade exclusiva dos primeiros porquanto se limita à obrigação de não fazer, de abster-se, por parte do Estado, enquanto que os direitos sociais implicam o nascimento de obrigações de fazer, e a conseqüente necessidade de utilização do erário, para promover serviços de saúde, assegurar a educação, manter o patrimônio histórico e cultural, proteger a infância e a maternidade... Assim sendo, sob a óptica dos que negam efetividade dos direitos sociais, as expressões usadas nas constituições ou leis devem ser entendidas de forma metafórica ou em sentido figurado. (POMPEU, 2005, p.269)

Gilmar Mendes (2012, p.1491) alerta para o fato de que “A construção do Estado Democrático de Direito anunciado pelo art.1º passa por custos e estratégias que vão além da declaração de direitos.” Assevera o autor que não há Estado social, sem que haja paralelamente também Estado Fiscal. Todos os direitos sociais têm uma dimensão positiva, implicam em custos e nesse diapasão exigem que os custos sejam levados a sério.

Para Gilmar Mendes (2012, p.1491-1492) e Gustavo Amaral (2010, p.42), na escassez de recursos, a comunidade há de encontrar critérios jurídicos e éticos para a tomada de decisões que impliquem em efetivação de prioridades coletivas. Há sempre uma decisão financeira detrás de cada atuação estatal que demanda recursos. Essa é, por sua vez, precedida de uma atividade de arrecadação, que torna a decisão de gastar possível. Nesse contexto, as finanças públicas, e as normas que as regulam, além de sua função instrumental, são um saber ético que levam o cidadão a decidir, a escolher como aplicar recursos e fazer sacrifícios em favor da coletividade.

Konrad Hesse (1991), em *A força normativa da Constituição*, discorre sobre o discurso de Ferdinand Lassalle proferido em Berlim, 1862, no qual ele diferencia a Constituição real de um país e a Constituição jurídica, esta um simples pedaço de papel (ein Stück Papier), cuja capacidade de regular e de motivar está limitada à sua compatibilidade com a Constituição real, formada pelos fatos originados das vontades de forças ativas e interesses diversos dos latifundiários, da grande indústria e do capital, do poder militar e, em menor escala, dos detentores do poder intelectual, da consciência e cultura gerais. Para Lassalle, questões constitucionais não são jurídicas, são apenas políticas e as forças políticas movem-se consoante suas leis. Tanto na práxis política

cotidiana, quanto nas questões fundamentais do Estado, o poder afigura-se sempre superior à força das normas jurídicas e a normatividade submete-se à realidade, ao fato concreto. (POMPEU, 2005, p.269)

Hesse insiste no poder do que chama “a vontade de constituição” ou a força normativa da Constituição, capaz de mover o interesse público, as funções do Estado, Legislativa, Executiva e Judiciária na vertente de efetivar os direitos humanos e sociais. Verifica-se nesse contexto que uma das promessas normativas da democracia é a de que os cidadãos terão respeitados os seus direitos, o que pressupõe a presença normativa e institucional do Estado.

Nesse viés combater os altos índices de corrupção, fortalecer os partidos políticos, priorizar políticas públicas includentes, optar pelo Estado, agente normativo e regulador da atividade econômica,⁸ que esteja atento às investidas indiscriminadas do Estado liberal, regular as parcerias público-privadas em face do interesse público, tomar medidas que evitem a crise fiscal são algumas das decisões que certamente contribuirão para que o Estado Republicano gestor e o governo democrático estejam efetivamente presentes na realidade brasileira.

A democracia eleitoral foi alcançada no Brasil desde a década de 80, porém a democratização econômica ainda é distante. Essa situação produz como resultado uma atitude ambivalente dos brasileiros que ainda têm em relação à democracia a sensação de que dela não resulta qualquer impacto positivo na qualidade econômica de suas vidas e na diminuição da extrema concentração de renda.⁹

A resposta à crise econômica e ao capitalismo global do século XXI só será possível se oriunda da consciência individual da viabilidade do bem-estar coletivo. Tarefa que necessariamente exige sacrifícios, esforços, decisão, renúncia e constante acompanhamento da gestão pública, bem como requer governos politicamente responsáveis com a garantia de efetivação dos direitos sociais e com a integração entre as regiões. As regras do mercado internacional devem ser observadas, uma vez que, atrair empresas transnacionais é fator que determina a geração de emprego e renda, desenvolvimento e liberdade.

⁸ “Art.174 Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá na forma da Lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.” (Constituição brasileira de 1988)

⁹ Juan Linz e Alfred Stephan ao analisarem o processo de transição democrática na América Latina constataam a frustração da população com a política e com as instituições estatais. (1999, p.203 -226).

O relatório do *Doing Business*, organizado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Mundial apresenta indicadores quantitativos inerentes a 183 economias, do Afeganistão ao Zimbábue, sobre as regulamentações de negócios, proteção dos direitos de propriedade, abertura de empresas, obtenção de alvará de construção, registro de empresas, acesso ao crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio internacional. Analisa também o cumprimento de contratos, o fechamento de negócios, o custo de contratação e demissão de trabalhadores e a estabilidade e uniformidade de decisões judiciais.

Classificações sobre a facilidade de fazer negócios

Posições no ano de 2012	Países	Posições no ano de 2012	Países
1	Cingapura	86	Mongólia
4	Estados Unidos	87	Itália
6	Reino Unido	91	China
10	Irlanda	94	Marrocos
19	Alemanha	100	Grécia
20	Japão	122	Bangladesh
29	França	126	Brasil
30	Portugal	132	Índia
39	Chile		
44	Espanha	183	Chade

Fonte: Doing Business 2012, p.6. Disponível em <http://portugues.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2012> > Acesso em 3 de agosto de 2012.

Todas essas análises compactadas no relatório anual Doing Business têm o escopo de direcionar a realização de negócios em um mundo mais transparente e ágil, que vem utilizando sobremaneira as ferramentas do e-government.

É possível observar, diante dos dados do Doing Business 2012 – Brasil, que os reflexos da crise econômica e a ausência de agilidade na tomada de decisões governamentais e políticas, bem como o insipiente desenvolvimento das instituições brasileiras foram elementos do processo que resultou na queda de 6 posições do *ranking* de atração de emprego e renda para o Brasil, no período de 2011 para 2012. Abaixo o gráfico mostra as posições ocupadas pelo Brasil, diante dos 183 países analisados. São observados os critérios inerentes a abertura do negócio (120), a permissão para construir (127), o registro cartorário da propriedade (114), acesso ao crédito (98), a proteção aos investidores (79), o pagamento de taxas (150), facilidades de exportação (121), a segurança dos contratos (118), a resolução da insolvência (136), acesso à eletricidade

(51). Enquanto que no Chile e no México, por exemplo, se leva 7, e 9 dias respectivamente, para se abrir um negócio, a burocracia brasileira implica no prazo de 119 dias.

O sistema federalista brasileiro tríplice implica em procedimentos diversos nas três esferas de poder. A Secretaria da Receita Federal requer em média 22 dias para deferir o CNPJ, certificado de pessoa jurídica. Esse certificado é concedido após preenchimento dos requisitos do INSS, Instituto Nacional de Seguridade Social e licença da Companhia de Tecnologia de saneamento Ambiental e Vigilância Sanitária, dentre outros. Já a Secretaria Municipal requer o prazo aproximado de 90 dias para deferir o auto de licença de funcionamento. Cumpre ressaltar o índice positivo brasileiro no que é pertinente ao prazo de acesso à eletricidade, haja vista que o indicador brasileiro aponta para 34 dias.

Fonte: *Doing Business* data base. Disponível em:

<<http://www.doingbusiness.org/~media/fpdkm/doing%20business/documents/profiles/country/BRA.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

A disputa judicial para a solução de divergência na consecução dos contratos, exige segundo o relatório do *Doing Business* no Brasil, 45 procedimentos, leva 731 dias para a resolução da lide e custa 16,5% do valor total da disputa. A rapidez na tomada de decisão sobre a manutenção de negócios com dificuldades financeiras, mas economicamente viáveis e o término dos negócios inviáveis, faz o diferencial no desempenho das economias ágeis. Constata-se que de 2009 até 2012, o Brasil não adotou nenhuma reforma no sentido de evitar as falências e ajudar a sobrevivência das empresas viáveis. Observa-se que o custo da resolução da insolvência no Brasil é alto e leva o prazo 4 anos, em média, para a finalização.

O estudo sugere a adoção de medidas emergenciais que têm, por fim, o fito de conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento humano. Paralelo ao controle fiscal, e o combate à corrupção, o Poder Público e as instituições devem agilizar seus processos por meio da utilização dos sistemas de interligação de informações através das redes de comunicação nas esferas municipais, estaduais e federal, (e-governement- governo eletrônico). A legislação falimentar deve ser revisitada e atualizada. Já a flexibilização da Justiça trabalhista, no que concerne aos processos de falência, necessita ser repensada, no intuito de evitar que sentenças judiciais levem empresas, viáveis economicamente, ao fechamento e ao conseqüente desemprego. É vital a cooperação entre Instituições, Organizações não governamentais e serviço público para o desenvolvimento local.

São passos iniciais para que se goze dos benefícios da globalização, evitando as conseqüências do capitalismo tardio, a formação de capital humano, por meio da garantia do acesso à educação, à formação profissional e sobremaneira ao conhecimento. As novas tecnologias encontrarão, no país, um capital intelectual apto a reconhecer-se cidadão local e global, consciente das suas ações diante das teias da sustentabilidade e do consumo responsável.

Eleito pela população emancipada surgirá o Estado comentado por Bonavides (1980, p.206-207), aquele de todas as classes, o Estado fator de conciliação, mitigador de conflitos sociais e pacificador necessário entre o trabalho e o capital.

2. OS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, LUIS INACIO LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF REVISITADOS DIANTE DO CONTEXTO MACROECONÔMICO BRASILEIRO.

Após 21 anos de ditadura militar, o Congresso Nacional elegeu Tancredo Neves, em 19 de janeiro de 1985, acometido por doença grave, o Presidente faleceu em 21 de abril do mesmo ano. Nesse diapasão assumiu a Presidência da República, o Vice-Presidente José Sarney. No seu discurso demonstrou assumir o governo em momento de fragilidade política e instabilidade econômica.

“Eu, sem o desejar, sem ter tido tempo de preparar-me, tornei-me o responsável pela maior dívida externa sobre a face da terra, bem como da maior dívida interna. Minha herança inclui a maior recessão da nossa história, a mais alta taxa de desemprego, um clima sem precedentes de violência, desintegração política potencial e a mais alta taxa de inflação da

história do país – duzentos e cinquenta por cento ao ano, com a perspectiva de atingir mil por cento” (VILLA, 2001, p.26)

A última eleição indireta à Presidência da República encerra o Regime Militar, porém a transição para a democracia vai se consolidando lentamente. A promulgação da Constituição de 1988, por uma Assembléia Constituinte representa a vontade de conciliar pontos quase que inconciliáveis como o direito de propriedade aos latifundiários por uma via e por outra, a função social da propriedade, assim como os valores sociais do trabalho (com um salário mínimo irrisório diante das necessidades básicas) e a livre iniciativa. A volta da liberdade de expressão e de imprensa e o direito ao sufrágio universal não foram suficientes para superar os graves problemas sociais e econômicos advindos da inflação e do endividamento externo.

Para enfrentar esses desafios os Presidentes José Sarney e Fernando Collor de Mello, no período de 1986 até 1991, implementaram 7 planos consecutivos de combate à inflação. Somente, durante o Governo do Presidente Itamar Franco, por meio do Plano Real e a sua manutenção, controle e desenvolvimento durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil passou a gozar de relativa estabilidade.

2.1. Reformas do período de FHC

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo de renome internacional, desde a década de 60, vinha se dedicando ao estudo sobre a dependência e o desenvolvimento na América Latina, para compreender como Estado, classes e produção relacionam-se. Desse modo realizou pesquisas sobre as relações entre os interesses de poder e as alianças para garantir a hegemonia de grupos e o arcabouço jurídico capaz de derrubar ou de manter barreiras estruturais responsáveis pelo desenvolvimento dependente das grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais.

Observa o autor, em 1970, que o controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas unidades produtivas internacionais se concentra no setor de produção para o mercado interno:

a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas, etc. (CARDOSO & FALETTO, 1970, p.126)

Quando Presidente da República brasileira, Fernando Henrique teve seu governo marcado pelo combate à inflação, austeridade fiscal, busca pelo princípio da eficiência e utilização de câmbio flutuante, nesse sentido garantiu ao país uma economia moderna e competitiva.

João Daniel Ribeiro (2010) investiga o período de estabilização brasileiro, subdividindo-o em três momentos:

1º) De 1991-1994, transformação de uma economia fechada para uma economia aberta e competitiva, aderindo ao neoliberalismo e às privatizações; 2º) De 1995-1998, período de inflação controlada e soberania do consumidor diante do livre mercado e a comparação de preços, pontua também para o controle fiscal; 3º) De 1999-2002, momento de combate à inflação exercido pelo Banco Central, por meio da taxa de juros e de reformas cambial, monetária e fiscal.

Segue abaixo, alguns itens da pesquisa de João Ribeiro, apresentados em trabalho de conclusão de curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília, sobre as medidas e reformas do período do Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Tabela 1. Reformas do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Medida	Descrição
1) Privatização	A transferência para o setor privado de empresas deficitárias aliviou as pressões nas contas públicas. Também aumentou a eficiência e qualidade dos serviços prestados.
2) Flexibilização de monopólios estatais	Permitiu a competição nos setores de petróleo e de telecomunicações.
3) Capital estrangeiro	Contribuiu para a elevação dos investimentos estrangeiros no país. Setores mais beneficiados foram de mineração e energia.
4) Saneamento do Sistema Financeiro	Reestruturação do sistema bancário nacional; privatização da maior parte dos bancos estaduais; ampliação da concorrência no setor com a entrada de bancos estrangeiros no país; conglomerou o setor, o que o tornou mais sólido e com instituições mais fortes; melhorou a supervisão do sistema por parte do Banco Central.
5) Reforma Previdenciária	Dentre outras medidas, criou o fator previdenciário para o INSS e estabeleceu tempo de contribuição para servidores públicos.
6) Renegociação das dívidas estaduais	Federalização das dívidas junto ao mercado.
7) Agências Reguladoras	Foram criadas pra defender os interesses dos usuários de serviços de utilidade pública e zelar pelo cumprimento dos contratos.

Fonte: Ribeiro, João Daniel T. A crise financeira internacional e seus reflexos na política macroeconômica do Brasil. P.42. Disponível em: < http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1050/1/2010_Jo%C3%A3oDanielTisiRibeiro.pdf > Acesso em 3 agos 2012.

2.2. Reflexões sobre o Governo Lula.

Representaram significativas conquistas, do Governo de Fernando Henrique Cardoso, a estabilização financeira e o ajuste fiscal, que possibilitaram como resultado uma competitividade crescente, esta beneficiada, também, pela criação de um ambiente macroeconomicamente favorável. Economistas da época falavam em um ambiente

positivo, com horizontes claros, carga tributária moderada, custo de capital razoável e macroeconomia possível.

O governo Lula manteve os principais fundamentos construídos no período da gestão de seu antecessor. Deu continuidade ao regime das metas de combate à inflação; intensificou o ajuste fiscal; e garantiu prosseguimento ao programa econômico do governo anterior. Ampliou os programas sociais criados na gestão de Henrique Cardoso, tais como Bolsa família, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Unificados durante a gestão de Lula sob a denominação de Bolsa Família. O repasse financeiro direto à população mais carente reforçou o mercado interno nacional. Nessa perspectiva desenvolveu o mercado consumidor, nos mais diversos municípios brasileiros. Avalia-se que no final do mandato do Presidente Lula, o Bolsa Família atendia 10 milhões de famílias e tinha um orçamento anual de R\$ 8 bilhões de reais.

Durante o primeiro Governo Lula, foi possível observar a existência de um período de crescimento internacional e de diversificação de parcerias. Com a ascensão das economias emergentes como China e Índia e, por conseguinte, o aumento da demanda no mercado por produtos brasileiros, como alimentos e *commodities* minerais. Desse modo a balança comercial do país passou a contar com superávits. O volume de exportações brasileiras no período compreendido entre 2002 até 2006 evoluiu consideravelmente.

Pontua-se, também, como marco de Luís Inácio, a redução do volume da dívida externa e a liquidação da dívida com o Fundo Monetário Internacional. Esse sucesso adveio da queda no valor do dólar e do acúmulo de reservas.

Faz-se necessário comentar, a crise de credibilidade política, iniciada no período de maio de 2005, quando estourou o escândalo da compra de votos no Congresso Nacional e o esquema de corrupção conhecido como Mensalão. O processo de julgamento tramita em 2012, no Supremo Tribunal Federal, com graves denúncias formuladas pelo Procurador Geral da República contra ministros e assessores do Governo Lula.

O segundo mandato de Lula teve como diferencial o lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento. Tratava-se de um plano de investimento para os anos de 2007 a 2010, com orçamento previsto de R\$ 504 bilhões de reais. Esses valores seriam utilizados nos setores de infra-estrutura energética, infra-estrutura social e urbana e infra-estrutura logístic. Lançou-se por fim, por intermédio da **Lei Nº 11.977, de 7 de**

julho de 2009 o projeto Minha Casa, minha vida, cuja finalidade é criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

Observa-se nesse período na esfera mundial, a crise financeira internacional que se iniciou nos Estados Unidos da América. O endividamento das famílias e empresas, que não conseguiram arcar com suas obrigações, gerou uma bolha de ativos no mercado hipotecário, e a subpreciação. Nesse contexto bancos e entidades financeiras passaram a não correrem riscos, evitando a concessão de empréstimos considerados temerários. A atitude de prudência dos bancos e entidades financeiras levou à ausência de liquidez no mercado e indisponibilidade de dinheiro. Essa crise tem se feito sentir de forma mais intensa nos países centrais, cujos sistemas econômicos encontram-se interligados.

Todavia, o Brasil foi afetado com a contração do comércio internacional e a retração das bolsas de valores e a conseqüente diminuição da demanda na pauta de exportações brasileiras. Itens importantes, como os produtos manufaturados, as commodities minerais, e os alimentos sofreram estreitamento em sua procura.

Diante do cenário internacional, o Brasil em 2009 perdeu o poder de compra e muito do que conquistara nos anos anteriores, tanto no âmbito interno, quanto na esfera internacional com a retração dos resultados da balança comercial brasileira com seus principais parceiros. O Governo do Presidente Lula adotou algumas medidas anticíclicas com o fito de restaurar o crédito no sistema financeiro e reanimar o consumo. Ressalte-se a presença marcante do Estado Regulador por meio do Banco Central, a manutenção das metas de combate à inflação, austeridade fiscal e câmbio flutuante. João Daniel Ribeiro (2010) apresenta tabela sistemática de algumas providências utilizadas pelo Brasil, adequada para a ilustração desta pesquisa, onde é possível observar as ações governamentais para a estabilização da economia diante da crise, tais quais: a injeção de recursos para os setores financeiros, agrícola, comércio exterior, da construção civil, obras de infra-estrutura, a indústria automobilística, bens de consumo interno, financiamentos habitacionais, redução do preço do diesel e renúncias fiscais:

Tabela II– Medidas anticíclicas adotadas pelo Brasil no combate aos efeitos da crise

Data	Medidas
19/09/08 e 24/09/08	Recursos são destinados às instituições financeiras para que possam financiar as exportações brasileiras. R\$ 13,2 bilhões são liberados para o sistema financeiro .
01/08/08	O Banco Central antecipa R\$ 5 bilhões em crédito para o setor agrícola para suprir a

	falta de liquidez.
06/10/08	Governo libera crédito de R\$ 5,25 bilhões do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para linhas operadas pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal . Também libera o acesso aos dólares das reservas internacionais aos bancos de fora do país para financiamento do comércio exterior de empresas brasileiras.
14/10/08	O Conselho Monetário Internacional adota medidas para garantir a liquidez para as operações dos produtos rurais na safra 2008/2009. O reforço é da ordem de R\$ 5,5 bilhões.
29/10/08	Governo cria nova linha de financiamento para o setor da construção civil . Valor poderia chegar a R\$ 11 bilhões a juros reduzidos.
30/10/08	O governo libera, através do FGTS, recursos de ordem de R\$ 7 bilhões para o BNDES a fim de financiar obras de infra-estrutura. Os setores beneficiados são: energia elétrica, ferrovias, portos, rodovias, hidrovias, habitação e saneamento.
06/11/08	Governo adota medidas para a expansão do crédito. São beneficiados setores como a indústria automobilística , empresas de médio e grande porte, além de outras atividades, num total de R\$ 19 bilhões. O governo também inicia a política de renúncia fiscal através da ampliação do prazo para pagamento de impostos federais . Também são beneficiados micro e pequenos empresários e a agricultura familiar , por meio de linhas de créditos.
12/11/08	O governo, por intermédio da Caixa Econômica Federal libera R\$ 2 bilhões para o financiamento de bens de consumo: eletrodoméstico, eletrônicos, móveis, dentre outros.
16/11/08	O governo, por meio da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, lança novas linhas de crédito para financiamentos habitacionais para servidores públicos . A medida movimentou o valor de R\$ 8 bilhões. Expande também os créditos consignados em folha, elevando o auxílio para R\$ 10 bilhões.
11/12/08	Governo anuncia pacote de estímulo ao consumo . Dentre as medidas estão: a) redução do imposto de renda para pessoas físicas; b) do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para automóveis; c) redução do imposto sobre operações financeiras (IOF) para compras a prazo. A renúncia fiscal é da ordem de R\$ 8,4 bilhões.
25/03/09	O governo lança o programa 'Minha Casa, Minha Vida' com o objetivo de construir 1 milhão de moradias para famílias de baixa e média renda . O plano custará R\$ 34 bilhões. Além disso, reduz a incidência de tributos sobre trinta itens de material de construção.
30/03/09	Governo prorroga a redução de IPI (imposto sobre produtos industrializados) sobre carros, caminhões, materiais de construção civil e a Cofins (contribuições para o financiamento da seguridade social) para motocicletas . Em compensação, eleva os impostos sobre o cigarro.
07/04/09	Congresso aprova a MP-451 cria novas alíquotas para Imposto de Renda de pessoas físicas. Além disso, incrementando a política de renúncia fiscal , anuncia a redução de impostos para diversos setores, dentre os quais, o de bebidas, leasing e aeronaves.
15/04/09	Governo anuncia a redução do preço do diesel .
29/06/09	Governo prorroga a redução do IPI para veículos, material de construção e linha branca de eletrodomésticos. Prorroga também a desoneração da Cofins para motocicletas. Além disso, reduz a Taxa de Juros de Longo Prazo de 6,25% a.a para 6% a.a.

Fonte: Ribeiro, João Daniel T. A crise financeira internacional e seus reflexos na política macroeconômica do Brasil. P.55-57. Disponível em: < http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1050/1/2010_Jo%C3%A3oDanielTisiRibeiro.pdf > Acesso em 3 agos 2012.

2.3. Mandato Presidencial de Dilma Rousseff.

Dilma Rousseff tem como característica essencial a militância política, desde a juventude, ingressou em movimentos de combate ao Governo Militar, adepta da luta armada, foi membro de um grupo chamado Colina, Comando de Libertação Nacional. Foi presa, torturada, cumpriu pena de 2 anos de prisão. Solicitou e obteve indenização

do governo brasileiro pelas torturas sofridas. Formada em economia, reconstruiu sua vida no Rio Grande do Sul, onde ajudou a fundar o partido democrático Brasileiro (PDT), foi secretária estadual de minas e energia. Em 2001 filiou-se ao Partido dos trabalhadores e em 2002 foi escolhida para Ministra das Minas e Energias do Governo Lula. Já em 2005, foi nomeada Ministra da Casa Civil, em substituição a José Dirceu que renunciou o mandato diante da acusação de envolvimento no escândalo do Mensalão.

Eleita pela revista Time em 2012, como a terceira mulher mais importante do planeta e a 22ª pessoa mais poderosa do mundo pela Forbes, é a primeira mulher a ocupar a Presidência da República Brasileira, está no cargo desde janeiro de 2011. Salienta-se que a relação entre crescimento econômico, inflação e produto interno bruto sofreu deterioração no primeiro ano de governo, porém Dilma tem mostrado como metas prioritárias governamentais o combate à corrupção, o controle inflacionário e a diminuição das taxas de juros. Dilma demonstra, em suas falas, não admitir que o Brasil continue com os juros mais altos do mundo, com altas taxas de manutenção praticadas nos empréstimos por meio de cheque especial e cartão de crédito. Nessa perspectiva determinou que o Banco Central reduzisse a taxa de juros, visando manter o consumo interno e cobrou dos bancos uma postura mais responsável. Os argumentos podem ser constatados, por meio de seu discurso do dia 1º de maio de 2012¹⁰, transmitido em rede nacional de televisão:

Minhas amigas e meus amigos, amanhã 1º de maio, é um bom dia para refletirmos sobre uma verdade nem sempre lembrada, que tudo o que um país produz é fruto do esforço do trabalhador e por isso, todo trabalhador tem o direito de usufruir de tudo o que o seu país produz.

Para usufruir cada vez mais da riqueza do Brasil, o trabalhador brasileiro precisa de melhores empregos, de salários dignos, educação de qualidade e formação profissional adequada às necessidades do mundo moderno.

Para garantir esses direitos do trabalhador, o país necessita **consolidar seu crescimento, equilibrar sua economia, diminuir as desigualdades, proteger a indústria e sua agricultura, desenvolver novas tecnologias, e ser cada vez mais competitivo e soberano no mundo**. Nosso governo trabalha por isso todos os dias.

Em um primeiro momento a Presidenta defende os princípios fundamentais da República Federativa Brasileira: valores sociais do trabalho e livre iniciativa, à inclusão

¹⁰ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1083760-leia-integra-do-discurso-de-dilma-pelo-dia-do-trabalho.shtml>.> Acesso em 15 ago. de 2012.

social por meio do acesso ao emprego e à renda, a conciliação entre crescimento econômico e do desenvolvimento humano.

Tem feito também todo o esforço e criado as condições para que o setor privado, o sindicato, os movimentos sociais e toda sociedade participem dessa tarefa. Não quero ser a presidenta que cuida apenas do desenvolvimento do país. Mas aquela que cuida em especial do desenvolvimento das pessoas. Cuidar do desenvolvimento das pessoas significa lutar por uma saúde melhor pros brasileiros pobres de classe media. Significa prover educação de qualidade em todos os níveis inclusive cursos técnicos e universitários no Brasil e no exterior, para brasileiros de talento de qualquer classe social como estamos fazendo através do programa Brasil Sem Fronteiras, que oferece bolsas de estudos para 100 mil estudantes nas melhores universidades do mundo. Cuidar do desenvolvimento das pessoas, significa lutar incessantemente pra acabar a pobreza extrema em todas as regiões do país. Significa enxergar o trabalhador como cidadão e por isso pleno de direitos civis.

Veja-se que o discurso incentiva o consumo das famílias e defende a efetivação dos direitos sociais, uma longa trajetória que vai da eliminação da pobreza absoluta até o direito à educação, inclusive no âmbito internacional, por intermédio do Programa Educação sem fronteiras, nessa vertente Dilma enaltece:

Enxergá-lo também, **como consumidor, com condição de comprar todos os bens e serviços que sua família** precisa pra viver de maneira cômoda e feliz. Faz parte dessa luta o esforço do governo para reduzir os juros. A economia brasileira só será plenamente competitiva se toda sociedade participar dessa tarefa. Não quero ser a presidente que cuida apenas do desenvolvimento do país, mas a que cuida do desenvolvimento das pessoas. Cuidar do desenvolvimento das pessoas significa lutar por uma **saúde** melhor para os brasileiros pobres e de classe media, significa prover **educação** de qualidade em todos os níveis, inclusive, cursos técnicos e universitários no Brasil e exterior para brasileiros de talento e de qualquer classe social como estamos fazendo no programa **Brasil sem fronteiras que oferece bolsas de estudos para 100 mil estudantes nas melhores universidades do mundo**. Cuidar do desenvolvimento das pessoas significa lutar incessantemente para **acabar com a pobreza extrema em todas as regiões do país**, significa enxergar o trabalhador como cidadão pleno de direitos civis, enxergar também como consumidor com condições de comprar todos os bens e serviços que sua família precise para viver de maneira cômoda e feliz.

O Governo Dilma Rousseff conhece os índices brasileiros desastrosos do relatório Doing Business no Brasil 2012¹¹, classificado em 126^a posição entre 183 economias, diante do grau de dificuldades de atração de novas empresas internacionais a buscarem fixação no território brasileiro e nesse diapasão reverbera:

¹¹ *Doing Business* data base. Disponível em: <http://www.doingbusiness.org/~media/fpdkm/doing%20business/documents/profiles/country/BRA.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2012.

Faz parte dessa luta o esforço do governo para reduzir os juros, a economia brasileira só será plenamente competitiva quando nossas **taxas de juros** seja para produtor, seja para consumidor, se igualarem as taxas praticadas no mercado internacional. Quando atingirmos esse patamar, nossos produtores vão poder produzir e vender melhor e nossos consumidores vão poder comprar e pagar com mais tranquilidade.

Vem daí o esforço que o governo faz para equilibrar a economia, o que tem permitido a **queda contínua da taxa básica de juros**. Vem daí a posição firme do governo para que bancos e financeiras diminuam as taxas de juros cobradas aos clientes nos empréstimos, compras a prazos e nos empréstimos.

O Governo Federal determina a queda dos juros cobrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal e afirma que não admitirá a manutenção de juros altos pelos sistemas bancários privados. Conclama a todos os brasileiros a procurarem melhores ofertas bancárias.

Nos últimos anos, o nosso **sistema bancário** é um dos mais sólidos do mundo, esta entre os que mais lucraram. Isso tem lhes dado força e estabilidade. O que é bom para economia. Isso também permite que eles deem crédito melhor e mais barato aos brasileiros. É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo. Esses valores não podem continuar tão alto. O Brasil de hoje não justifica isso.

Os bancos não podem continuar cobrando os mesmo juros para empresas e para o consumidor enquanto a Taxa Básica Selic cai, a economia se mantém estável, e a maioria esmagadora dos brasileiros honra com presteza e honestidade os seus compromissos. O setor financeiro, portanto, não tem como explicar essa lógica perversa aos brasileiros. A Selic baixa, a inflação permanece estável, mas os juros do cheque especial, das prestações ou do cartão de crédito não diminuem.

A CEF e o BB escolheram o caminho do bom exemplo e da saudável concorrência de mercado provando que é possível baixar os juros cobrados dos seus clientes em empréstimos, cartões, cheque especial, inclusive no crédito consignado.

E da saudável concorrência de mercado provando que é possível baixar os juros cobrados aos seus clientes em empréstimos, cartões, cheque especial, inclusive no crédito consignado. É importante que os bancos privados acompanhem essa iniciativa para que Brasil tenha uma economia mais saudável e mais moderna.

É bom também que você consumidor faça prevalecer seus direitos, escolhendo as empresas que lhe ofereçam melhores condições.

De acordo com o Manpower Employment Outlook Survey,¹² o Brasil está na segunda posição em perspectivas de contratação no 2º semestre de 2012, entre 41 países analisados, especialmente no setor de serviços. Já o discurso da Presidenta é de auxiliar a indústria e a agricultura, por meio da fixação de uma taxa de câmbio.

Sei que para que o nosso país tenha uma economia mais forte, é preciso ainda que encontremos mecanismos que permitam uma diminuição equilibrada dos impostos para produtores e para consumidores. E também que tenham uma **taxa de câmbio que defenda nossa indústria e nossa agricultura**. Em

¹² Informações complementares disponíveis em <<http://www.manpowergroup.com/>> Acesso em 5 de ago. 2012.

suma, os nossos empregos. E que o governo utilize os recursos públicos sempre de forma eficiente e honesta.

Para que a população sinta da forma mais efetiva possível o bom retorno do imposto que paga. Por sinal, acabamos de retirar os impostos da folha de salários para que essa carga fiscal deixasse de punir o emprego. Isso está dando mais alívio ao empregador e mais segurança ao empregado.

Garanto às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros que vamos continuar **buscando meios de baixar impostos, de combater os malfeitos e os malfeitores. E cada vez mais estimular as coisas bem feitas e as pessoas honestas de nosso país.**

Mas não vamos abrir mão de cobrar com firmeza de quem quer que seja que cumpra o seu dever, que faça sua parte para que o Brasil cresça e todos os brasileiros cresçam junto. Para que nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras melhorem sua capacidade de produzir e de consumir. Sua capacidade de viver bem, de ser feliz e de fazer seus irmãos igualmente felizes. Viva o primeiro de maio, viva o trabalhador brasileiro, viva o nosso querido Brasil. Obrigada e boa noite.'

A crise certamente afetou o Estado Brasileiro, suas instituições e sociedade. Como foi possível observar durante os últimos 20 anos, as metas governamentais vêm almejando o combate à inflação, a redução da pobreza por meio do repasse de recursos direto à população de baixa renda, visando provocar o consumo e desenvolvimento local.

Ao contrário dos EUA e da Europa, que agravaram suas economias no final da primeira década do século XXI, o Brasil vive uma crise permanente, decorrente do capitalismo tardio e de uma política econômica excludente que vem fazendo-se presente durante todo o século XX e nesse contexto exigindo dos presidentes eleitos a partir da Constituição Federal de 1988 e do processo de redemocratização, compromisso real de reverter essa dívida interna com sua população. Uma população semi-alfabetizada, o neoliberalismo e a ausência de um Estado Regulador, com certeza não são as melhores opções para a conciliação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano.

CONCLUSÕES:

Na virada do século XIX para o século XX, o Brasil Império foi substituído pela República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. O País seguiu regras, moldou os hábitos da população, realizou a Grande Naturalização¹³ de todos os estrangeiros residentes no país e, posteriormente na Segunda Guerra Mundial aderiu ao comando

¹³ O governo republicano do Marechal Deodoro da Fonseca resolveu decretar a Grande Naturalização, em 14 de dezembro de 1889. Nesse contexto, todos os estrangeiros residentes no país, que no período de seis meses não manifestassem interesse em conservar sua nacionalidade de origem, passariam a ser considerados brasileiros.

americano. Até mesmo, depois do período do Governo Militar, com a promulgação da Constituição de 1988, dita a cidadã, optou pela democracia representativa e pelo liberalismo econômico. Reconheceu os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa em Estado democrático de direito.

Acontece que, no Brasil a idéia redentora do regime democrático não correspondeu às expectativas da população, haja vista que se encontra dividida em minoria que goza dos privilégios do desenvolvimento neoliberal e em maioria, cuja força do trabalho não lhe oportuniza nada mais que o alimento diário, ou inclui-se ainda, considerado percentual que vive sob o que se vulgarizou chamar, abaixo da linha de pobreza.

A passagem do século XX para o século XXI e o movimento de globalização e de formação de blocos territoriais provocou a reflexão sobre a necessária compreensão entre os países sul-americanos. A economia de mercados internacionais e a frustração com a democracia nos aproximam: brasileiros, chilenos, uruguaios, venezuelanos, colombianos... Não somos América Hispânica, somos América Latina, aonde o sonho e a razão de espanhóis, portugueses, indígenas, africanos, italianos, japoneses, alemães, dentre outros que aqui vieram para ficar, se confundem e constroem a realidade de milhões de pessoas.

Em 2012, os riscos financeiros, iniciados pela crise econômica do final da década de 2000, continuam altos. O setor habitacional nos EUA mostra fraca recuperação, a recessão afeta muitos países europeus, que lidam com a desconfiança dos mercados financeiros, o aumento dos preços do petróleo podem impulsionar a inflação global, a China mostra sinais de arrefecimento em sua economia.

Integração regional dos países da América Latina tem sido buscada pelo Mercosur e pela UNASUL. É hora de novos descobrimentos e constatações, é tempo de reatar os laços da história tecida por dois pequenos Estados que desbravaram o oceano e em verdadeiro processo de globalização incluíram nas rotas econômicas a América do Sul. É preciso construir mecanismos e instituições capazes de garantir o desenvolvimento econômico sustentável e assim inclusivo.

Considerar ideal o Estado Interventor e nesse viés rechaçar a democracia é retrocesso às ditaduras já experimentadas nesse continente; postergar a efetivação dos direitos sociais e a inclusão de um sem número de pessoas como sujeito de direito é omissão inaceitável.

O artigo fomenta a reflexão sobre o modelo de Estado que melhor adapta-se à época de mundialização de conceitos e dos pressupostos da dignidade da pessoa em defesa da humanidade; independente do espaço geográfico por ela ocupado. Pontua-se então, a existência de duas ordens, aquela que concilia o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento humano e melhor distribuição de renda, por meio de um Estado regulador, agente normativo, a segunda ordem é aquela que aceita e acredita ser inerente ao crescimento econômico, a concentração de renda.

Discute-se sobre o retorno ao Estado-Nação ou Estado Regulador; agente capaz de conciliar os interesses oriundos da mundialização da economia, dos mercados internacionais com as necessidades da população. Observa-se a capacidade de atrair empresas e fazer negócios.

Conclui-se por fim, para o fato de que a vigília atual consiste em impedir que o desenvolvimento econômico se limite à especulação financeira e à concentração de renda. Para aliar o desenvolvimento humano com o econômico nas esferas local e global, essenciais serão as presenças constantes de instituições sociais, de população interativa e bem informada, e do Estado responsável e coerente com os interesses nacionais. A via apontada é a valorização do trabalho, da livre iniciativa, do Estado Social e do respeito das diversidades culturais, por meio de nações emancipadas e possuidoras de destino comum. Essas nações politicamente declaram-se unidas no ideal humanista da irrenunciável concretização dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gustavo. **Direito, escassez & escolha**: critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas. 2ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral. Estatística do eleitorado.**

Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>> Acesso em 3 agos 2012.

BONAVIDES, Paulo. **Do estado liberal ao estado social**. 4.ed., RJ:Forense, 1980.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo desenvolvimento e ortodoxia convencional. In **Globalização, Estado e Desenvolvimento**: dilemas do Brasil no novo milênio. Eli Diniz (org.) Rio de Janeiro: FGV, 2007. P.63-96.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 3 agos. 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro:Zahar, 1970.
- CHAVES, Juliana de Castro. **A racionalidade do trabalho no capitalismo tardio**. Disponível em <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais VENABRAPSO /632.%20a%20 racionalidade%20do%20trabalho%20no%20capitalismo%20tardio.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais%20VENABRAPSO/632.%20a%20racionalidade%20do%20trabalho%20no%20capitalismo%20tardio.pdf)> Acesso em 3 ago. 2012.
- FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI**. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- FRIEDMAN, Thomas L. **The world is flat**. A brief history of the twenty-first century. New York: Picador, 2007.
- HELLER, Herman. **Teoria del estado**. Tradução de Luis Tobio. México: Fondo de Cultura Econômica, 2002.
- HESSE, Konrad. **A força normativa da constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Ed. Sérgio Antônio Fabris, 1991.
- KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (*General theory of employment, interest and money*). Tradução de Mário Ribeiro da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992.
- LASSALLE, Ferdinand. **Essência da Constituição**. 8. ed. Curitiba: Lúmen Júris. 2008.
- LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 11 ed, São Paulo: Unesp, 2009.
- MENDES Gilmar e BRANCO, Paulo Gustavo. **Curso de direito constitucional**. 7ed., São Paulo: Saraiva, 2012.
- POMPEU, Gina Marcílio. **Direito à educação: controle social e exigibilidade judicial**. Fortaleza: ABC, 2005.
- POMPEU, Gina M. O retorno do Estado-Nação na geografia da mundialização. In POMPEU, Gina M. (org) **Atores do desenvolvimento econômico e social do século XXI**, Fortaleza:Unifor, 2009, p.129-150.

RIBEIRO, João Daniel T. **A crise financeira internacional e seus reflexos na política macroeconômica do Brasil**. Disponível em: < http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1050/1/2010_Jo%C3%A3oDanielTisiRibeiro.pdf > Acesso em 3 agos 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VILLA, Marco Antonio. **Sociedade e história do Brasil**: da abertura democrática à nova república. Brasília: Instituto Teotônio Vilela/ Senado Federal, 2001. v. XIV.

Sites pesquisados:

<http://www.cebr.com/>

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>

<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/AnaisXVENABRAPSO/632.%20a%20racionalidade%20do%20trabalho%20no%20capitalismo%20tardio.pdf>

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/brasil-ocupa-84-posicao-entre-187-paises-no-idh-2011.html>>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://portugues.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2012> >

http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1050/1/2010_Jo%C3%A3oDanielTisiRibeiro.pdf

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1083760-leia-integra-do-discurso-de-dilma-pelo-dia-do-trabalho.shtml>.>

<http://www.doingbusiness.org/~media/fpdkm/doing%20business/documents/profiles/country/BRA.pdf>>.

<http://www.manpowergroup.com/>>